

INSTITUTO
SEGURANÇA
SOCIAL

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE
SOCIAL

ANO DE
2019

DENOMINAÇÃO: SOCIALIS – Associação de Solidariedade Social

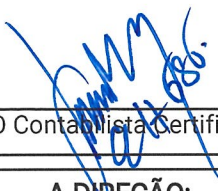
MORADA: Travessa Dr. Carlos Felgueiras, 31 – r/c Dto

LOCALIDADE: Maia

FREGUESIA: Maia

CONCELHO: Maia

COD. POSTAL: 4470-158


(O Contabilista Certificado)

A DIREÇÃO:

APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL

DATA: Maia _____, _____

Maia _____, _____

ASSINATURAS:

ASSINATURA DO PRESIDENTE

SOCIALIS - ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Contribuinte : 510971253
Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-dez-19	31-dez-18
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	15 768,73	728,01
Ativos intangíveis	5	0,00	0,00
Investimentos financeiros	11.2	2 283,46	1 827,03
		18 052,19	2 555,04
Ativo corrente			
Inventários	6	221,70	355,00
Créditos a receber	11.1	95,50	0,00
Estado e outros entes públicos	11.9	0,00	182,65
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	11.3	11 039,00	9 853,00
Diferimentos	11.5	1 229,73	5 476,36
Outros ativos correntes	11.4	188 189,82	263 124,68
Caixa e depósitos bancários	11.6	4 016,42	15 958,57
		204 792,17	294 950,26
		222 844,36	297 505,30
Total do ativo			
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	11.7	19 382,13	19 382,13
Resultados transitados	11.7	-63 755,81	-57 044,04
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	11.7	15 768,73	593,33
		-28 604,95	-37 068,58
Resultado líquido do período		16 489,71	-6 711,77
Total dos fundos patrimoniais		-12 115,24	-43 780,35
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	11.8	27 166,86	17 456,39
Estado e outros entes públicos	11.9	11 137,86	9 478,71
Diferimentos	11.5	115 913,90	244 846,54
Outros passivos correntes	11.10	80 740,98	69 504,01
		234 959,60	341 285,65
Total do passivo		234 959,60	341 285,65
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		222 844,36	297 505,30

A Direção

O Contabilista Certificado

SOCIALIS - ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Contribuinte 510971253

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 019	2 018
Vendas e serviços prestados	7	45 483,80	40 387,30
Subsídios, doações e legados à exploração	8/11.10	346 744,96	273 398,22
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-23 013,23	-25 411,78
Fornecimentos e serviços externos	11.12	-117 498,73	-77 808,12
Gastos com o pessoal	9	-249 182,63	-224 714,22
Aumentos / reduções de justo valor	11.13	21,48	1,28
Outros rendimentos	11.14	90 565,96	93 655,60
Outros gastos	11.15	-75 173,44	-85 713,54
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		17 948,17	-6 205,26
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-1 458,46	-506,51
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		16 489,71	-6 711,77
Resultados antes de impostos		16 489,71	-6 711,77
Resultado líquido do período		16 489,71	-6 711,77

A Direção

O Contabilista Certificado

Entidade: SOCIALIS - ASSOCIAÇÃO SOLIDARIEDADE SOCIAL
 DEMONSTRAÇÃO DCS RESULTADOS POR FUNÇÕES
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Contribuinte: 510971253

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	CATL	Centro Apoio à Vida	Mediadores Municipais	POISE	FAMI/299	FAMI/167	PERÍODOS	
								2019	2018
Vendas e serviços prestados		44 675,80	808,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45 483,80	40 387,30
Custo das vendas e dos serviços prestados		-90 329,53	-121 443,17	0,00	0,00	0,00	0,00	-211 772,70	-201 103,55
Resultado Bruto		-45 653,73	-120 635,17	0,00	0,00	0,00	0,00	-166 288,90	-160 716,25
Outros Rendimentos		131 677,57	191 012,79	14 031,13	82 040,90	3 658,87	14 911,14	437 332,40	367 055,10
Gastos administrativos		-33 385,91	-25 188,40	-14 031,13	-82 040,90	-4 878,49	-19 881,52	-179 406,35	-127 337,08
Outros Gastos		-37 574,05	-37 573,39	0,00	0,00	0,00	0,00	-75 147,44	-85 713,54
Resultado operacional (antes de financiamento e impostos)		15 063,88	7 615,83	0,00	0,00	-1 219,62	-4 970,38	16 489,71	-6 711,77
Gastos de financiamento (líquidos)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado antes de impostos		15 063,88	7 615,83		0,00	-1 219,62	-4 970,38	16 489,71	-6 711,77
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período		15 063,88	7 615,83	0,00	0,00	-1 219,62	-4 970,38	16 489,71	-6 711,77

A Direção

O Contabilista Certificado

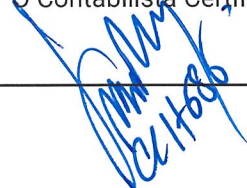
SOCIALIS - ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2019	2018
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</u>			
Recebimentos de Clientes e Utentes		44 055,53	38 121,60
Pagamentos a fornecedores		-83 252,10	-34 298,14
Pagamentos ao pessoal		-173 977,48	-136 326,08
Caixa gerada pelas operações		-213 174,05	-132 502,62
Outros recebimentos/pagamentos		200 435,92	142 260,86
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-12 738,13	9 758,24
<u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		-900,40	-661,88
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		444,42	64,02
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-455,98	-597,86
<u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		1 251,96	384,95
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		1 251,96	384,95
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-11 942,15	9 545,33
Caixa e seus equivalentes no início do período		15 958,57	6 413,24
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11.6	4 016,42	15 958,57

A Direção

O Contabilista Certificado



SOCIALIS

ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

Anexo às Demonstrações Financeiras

2019

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	3
3	Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros..	3
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	5
4	Ativos Fixos Tangíveis	8
5	Ativos Intangíveis	9
6	Inventários	9
7	Rédito	10
8	Subsídios do Governo e apoios do Governo	10
9	Benefícios dos empregados.....	11
10	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	11
11	Outras Informações	11
11.1	Créditos a receber	11
11.2	Investimentos Financeiros	12
11.3	Fundadores/beneméritos/doadores/associados/membros.....	12
11.4	Outras ativos correntes.....	12
11.5	Diferimentos	12
11.6	Caixa e Depósitos Bancários.....	13
11.7	Fundos Patrimoniais	13
11.8	Fornecedores.....	13
11.9	Estado e Outros Entes Públicos	13
11.10	Outros passivos correntes.....	13
11.11	Subsídios, doações e legados à exploração	14
11.12	Fornecimentos e serviços externos.....	14
11.13	Aumentos / reduções justo valor	14
11.14	Outros rendimentos	14
11.15	Outros gastos	15
11.16	Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.....	15
11.17	Acontecimentos após data de Balanço.....	15

1 Identificação da Entidade

A SOCIALIS – Associação de Solidariedade Social é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Instituição Particular de Solidariedade Social com estatutos publicados no Diário da República n.º 244, III Série, de 20 de Outubro de 2001, com sede na Travessa Dr. Carlos Felgueiras, 31 r/c direito no Concelho da Maia. Tem por objetivos promover e orientar os jovens e familiares na sua integração e valorização pessoal e social. Para realização dos seus objetivos, a instituição propõe-se criar e manter as seguintes atividades:

- Centros de Atendimento a Jovens e Famílias;
- Ocupação dos tempos livres para crianças e jovens;
- Todas as que se mostrem pertinentes e necessárias para o desenvolvimento harmonioso e saudável de crianças e jovens.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2019 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas em estimativas e erros.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	6
Outros Ativos fixos tangíveis	4

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3

3.2.3 Investimentos financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Em termos contabilísticos, as participações para o FCT efetuadas pela entidade empregadora podem ser reconhecidas como um ativo no balanço dessa entidade, atendendo às características do fundo de capitalização e possibilidade de reembolso desses montantes.

De acordo com as características do FCT, a entidade empregadora detém o controlo económico dessas entregas, pois tem o direito legal de ser reembolsada do respetivo montante no momento da cessação do contrato de trabalho, independentemente de pagar ou não uma indemnização ao trabalhador.

Esse direito legal de obter dinheiro do FCT determina que as contribuições para esse fundo devam ser reconhecidas como um ativo financeiro, pois resultam de um direito contratual de vir a receber dinheiro.

O ativo financeiro referente às participações do FCT deve ser mensurado pelo custo, devido a não cumprir as condições para mensuração ao custo amortizado (não tem maturidade definida nem pode ser pago à vista) ou ao justo valor (não é um ativo financeiro detido para negociação, nem instrumento de capital próprio com cotação em mercado regulamentado).

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) implica uma participação de 0,925% sobre o salário base e diuturnidades, tendo uma natureza de capitalização para a entidade patronal.

Esse reembolso irá corresponder ao montante entregue para o fundo, individualizado pelo respetivo trabalhador com cessação do contrato de trabalho, adicionado de eventual ganho gerado pela capitalização desse montante no fundo.

3.2.4 Inventários

Os Inventários estão valorizados ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.5 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de associados que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.7 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2018 e de 2019, mostrando as adições, os

abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

DESCRIÇÃO	31-12-2018	Adições	Abate	Transferência	31-12-2019
Equipamento Básico	105.814,71	16.499,18			122.313,89
Equipamento de Transporte	40.506,01				40.506,01
Equipamento Administrativo	41.897,23				41.897,23
Outros Ativos Fixos Tangíveis	2.015,37				2.015,37
Ativo Tangível Bruto	190.233,32	16.499,18	0,00	0,00	206.732,50
Depreciações Acumuladas					
Equipamento Básico	105.814,71	1.145,78			106.960,49
Equipamento de Transporte	40.506,01				40.506,01
Equipamento Administrativo	41.169,22	312,68			41.481,90
Outros Ativos Fixos Tangíveis	2.015,37				2.015,37
Depreciações Acumuladas	189.505,31	1.458,46	0,00	0,00	190.963,77
Ativo Tangível Líquido	728,01	15.040,72	0,00	0,00	15.768,73

5 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2018 e de 2019, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

DESCRIÇÃO	31-12-2018	Adições	Abate	Transferência	31-12-2019
Programas de Computador	11.348,49				11.348,49
Ativo Intangível Bruto	11.348,49	0,00	0,00	0,00	11.348,49
Amortizações Acumuladas					
Programas de Computador	11.348,49				11.348,49
Amortizações Acumuladas	11.348,49	0,00	0,00	0,00	11.348,49
Ativo Tangível Líquido	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

6 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

- Existência final

RÚBRICAS	31-12-2019	31-12-2018
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	221,70	355,00
Total	221,70	355,00

- Inventários gastos do período

MOVIMENTOS	2019	2018
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Saldo Inicial	355,00	201,00
Compras	1.616,77	945,85
Doações	21.263,16	24.619,93
Saldo Final	221,70	355,00
Gastos do Período	23.013,23	25.411,78

7 Rédito

Para os períodos de 2019 e 2018 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2019	2018
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	43.867,80	35.487,30
Quotas e jóias	1.616,00	2.740,00
Outras prestações serviços	0,00	2.160,00
	45.483,80	40.387,30
Rendimentos Suplementares	5.329,15	9.541,19
Total	50.812,95	49.928,49

8 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

DESCRIÇÃO	2019				2018		
	Natureza	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados
ISS, IP (Dotação)	Não Reembolsável			185.290,32			179.503,56
CM Maia	Não Reembolsável			26.662,29			9.975,00
POISE	Não Reembolsável			82.040,90			22.140,61
FAMI	Não Reembolsável			18.570,01			20.791,41
Total		0,00	0,00	312.563,52	0,00	0,00	232.410,58

9 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2019 e 2018, foram de “11”.

A Entidade teve ao serviço no ano 2019 os seguintes voluntários:

Voluntários	Funções / Atividades	Horas / Ano
1	Auxiliar motorista / tarefaira	1300
1	Auxiliar motorista/tarefairo	950
1	Motorista	1250
5	Apoio ao estudo	320
Total horas / ano		3820

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2019 foi de “18” e em 2018 de “17”.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2019	2018
Remunerações ao pessoal	201.076,39	179.840,59
Indemnizações	2.300,00	3.848,00
Encargos sobre as Remunerações	42.829,87	38.481,65
Seguros de Acidentes	2.120,11	1.708,10
Formação Profissional	303,36	201,65
Medicina e Segurança do Trabalho	552,90	634,23
Total	249.182,63	224.714,22

10 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

11 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

11.1 Créditos a receber

Para os períodos de 2019 e 2018 a rubrica “Utentes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Utentes	95,50	0,00
Total	95,50	0,00

11.2 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2019 e 2018, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2019	2018
Outros Investimentos Financeiros		
FCT – Fundo Compensação Trabalho	2.283,46	1.827,03
Total	2.283,46	1.827,03

11.3 Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2019 e 2018, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2019	2018
Ativo		
Associados - Quotas	11.039,00	9.853,00
Total	11.039,00	9.853,00

11.4 Outras ativos correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” tinha, em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a seguinte decomposição:

Descrição	2019	2018
Município Maia	15.000,00	0,00
FAMI	84.457,95	126.318,86
POISE	86.041,75	135.181,53
Outros Devedores	311,79	1.624,29
Mediadores Municipais	2.368,84	0,00
Adiantamento Fornecedores	9,49	0,00
Total	188.189,82	263.124,68

11.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2019	2018
Gastos a Reconhecer		
Renda	0,00	1.967,90
Seguros	829,14	3.156,19
Outros gastos a reconhecer	400,59	352,27
Total	1.229,73	5.476,36
Rendimentos a Reconhecer		
FAMI	73.835,41	120.597,15
POISE	42.068,49	124.109,39
Quotas	10,00	20,00
Mensalidades CATL	0,00	120,00
Total	115.913,90	244.846,54

11.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2019 e 2018, encontrava se com os seguintes saldo:

Descrição	2019	2018
Caixa	238,39	464,18
Depósitos à ordem	3.778,03	10.994,39
Depósitos a prazo	0,00	4.500,00
Total	4.016,42	15.958,57

11.7 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	19.382,13	0,00	0,00	19.382,13
Resultados transitados	-57.044,04	0,00	6.711,77	-63.755,81
Outras variações nos fundos patrimoniais	593,33	16.499,18	1.323,78	15.768,73
Total	-37.068,58	16.499,18	-48.463,15	-28.604,95

11.8 Fornecedores

Descrição	2019	2018
Fornecedores c/c	27.166,86	17.456,39
Total	27.166,86	17.456,39

11.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	182,65
Total	0,00	182,65
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	1.901,00	1.971,98
Segurança Social	9.152,21	7.448,89
Fundos de Compensação Trabalho	84,65	57,84
Total	11.137,86	9.478,71

11.10 Outros passivos correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2019		2018	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal		0,00		18.436,10
Credores por acréscimo de gastos Estimativas		34.365,52		29.585,02
Subsídios de Natal/2019		16.154,13		0,00
Rendas / 2019		11.315,42		0,00
Outros credores		18.905,91		21.482,89
Total	0,00	80.740,98	0,00	69.504,01

11.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2019 e 2018, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2019	2018
Subsídios do Estado e outros entes públicos	312.563,52	232.410,58
Subsídios de outras entidades	0,00	12.000,00
Doações e heranças – Donativos (dinheiro e géneros)	31.812,60	28.987,64
Total	344.376,12	273.398,22

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 8.

11.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, foi a seguinte:

Descrição	2019	2018
Subcontratos	3.408,08	2.992,65
Serviços especializados	47.871,56	20.606,43
Materiais	1.358,02	2.421,78
Energia e fluidos	9.768,81	9.350,60
Deslocações, estadas e transportes	463,10	1.206,46
Serviços diversos	50.650,25	40.209,97
Encargos com utentes	3.978,91	1.020,23
Total	117.498,73	77.808,12

11.13 Aumentos / reduções justo valor

A Entidade reconheceu em 2019 e 2018 os ganhos de “justo valor” nos seguintes instrumento financeiro:

Descrição	2019	2018
FCT – Fundo de Compensação	21,48	1,28
Total	21,48	1,28

11.14 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Rendimentos Suplementares	5.329,15	9.722,23
Imputação subsídios para Investimento	1.323,78	220,71
Sentença Judicial	8.694,32	0,00
Correções exercícios anteriores	785,59	128,76
Outros donativos em espécie para oferta cabazes	74.433,12	83.039,90
Outros rendimentos	0,00	544,00
Total	90.565,96	93.655,60

11.15 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Impostos	202,50	406,44
Dívidas incobráveis	26,00	0,00
Correções exercícios anteriores	0,00	911,33
Quotizações	198,00	198,00
Outros Gastos e Perdas	313,82	597,46
Oferta cabazes famílias	74.433,12	83.600,31
Total	75.173,44	85.713,54

11.16 Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

O número médio de utentes por resposta social, durante o ano de 2019, foi o seguinte:

CATL – Centro de Atividades de Tempos Livres: 60

CAV – Centro de Apoio à Vida: 85

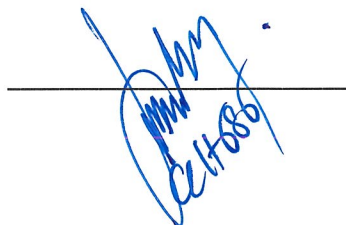
11.17 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2019.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Maia, 31 de Dezembro de 2019

O Contabilista Certificado



A Direção
